



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 98

Sessão Ordinária de Setembro

1.ª Reunião de 23-09-2005

Aos vinte e três dias do mês de Setembro de dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa na qualidade de Primeiro Secretário e pela Vogal Maria Teresa Fidélis da Silva na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais Raúl Ventura Martins, Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Manuel dos Santos Salavessa, José António Tavares Vieira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

António Fernando Ribeiro Martins, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Liz Miguel Marques da Silva, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Vítor Manuel Santos Marques e Carlos Mário de Magalhães Anileiro.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, e os Vereadores Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Domingos José Barreto Cerqueira e Luís Miguel Capão Filipe.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da substituição nesta reunião, do Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos pela sucedânea na lista de candidatura, Maria Ivone Moreira Silvério de Abreu Lopes.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Élio Manuel Delgado da Maia, se fez substituir, nesta reunião, por José António Tavares Vieira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
- Ponto 2. – Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) – fixação das taxas para 2006;**
- Ponto 3. – Derrama – fixação da taxa para 2006;**
- Ponto 4. – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a “Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios “ (cfr. Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio);**
- Ponto 5. – Regulamento de Venda Ambulante – alterações;**
- Ponto 6. – Homenagem aos aveirenses que desempenharam funções de Presidente da Assembleia Municipal entre 1977 – 1997;**
- Ponto 7. – Síntese da Actividade da Assembleia Municipal de Aveiro em 2005.**

Presidente da Mesa:

“Há aí um documento que foi distribuído, sobre uma deliberação tomada pela câmara em 23 de Maio. Os representantes das bancadas receberam cópia, e tem a ver com a definição do capital social da empresa municipal do Teatro Aveirense. Foi fixado em cinquenta mil euros. Ainda pus a hipótese vagamente, a dúvida, se este tema teria tido de vir à Assembleia: - penso que não!

Se concordarem comigo e com a câmara, dá-se o assunto por encerrado, se houver divergências, teremos que decidir sobre isso.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

“Eu acho que a definição do capital social tem que vir a esta Assembleia, quando vem exactamente a definição e a aprovação dos estatutos de qualquer empresa municipal. Isso é o que vem na lei e portanto não foi isso que aconteceu, e a câmara não pode – no meu entender, pessoal, unicamente e simplesmente, limitar-se a dar conhecimento a esta Assembleia do capital social.

Portanto, quem sou eu para ir contra um jurista de mérito, ou advogado de mérito com o senhor doutor, mas creio que temos aqui um pequeno ponto de discórdia.”

Presidente da Mesa:

“Não temos exactamente, aliás fui eu próprio que suscitei o problema; podia tê-lo deixado de fazer. Distribui cópia às bancadas, está cumprido, ninguém disse nada.

Em termos da ordem do dia, eu levantei agora o problema — o problema põe-se admito que sim.

Liminarmente ao Período de Antes da Ordem do Dia, vamos resolver isso. Equacionarei a questão na altura, depois do ilustre primeiro secretário encontrar a disposição legal, aplicável ou não, mas o assunto não cairá.

Se houver maioria para integrar essa apreciação nos trabalhos desta Assembleia, terá que ser aditado à ordem dos trabalhos. A não ser assim, vai para o próximo mandato.

Já vamos auscultar as bancadas, na altura própria.”

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 95 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 96 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 97 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor e uma abstenção.

Presidente da Mesa:

“Como será o decurso dos trabalhos?”

Pessoalmente gostaria que encerrássemos a sessão com as reuniões que haja de haver, antes das eleições. Gostaria disso, e penso que tem alguma lógica. Portanto, Segundas, Quartas e Sextas, até acabar.

Mas é do conhecimento geral que os partidos andam em campanha. Campanha é sempre: de manhã, à tarde e à noite. Mas penso que apenas certos actos de campanha mais especiais, justificarão que não reunamos. O que acontece na segunda-feira: há um partido que tem uma reunião, que eu reputo de importante e portanto, não haverá (em principio); depois haverá, quarta e sexta..., até acabarmos isto.

O problema da Empresa Municipal do Teatro Aveirense, como sabem, foi aprovada a constituição, os estatutos e ficou em suspenso (ou em branco, ou em remissão), a definição cifrada quantitativa do capital social.

Esse tema do “capital” vem nos estatutos no artigo 21.º: - «as alterações do capital dependem da câmara». É da competência da Assembleia aprovar os estatutos das empresas municipais, designadamente das empresas de capitais maioritariamente públicos (que é o caso), fixando as condições gerais da participação.

O problema é saber se a fixação do capital é uma condição geral ou não é, o que é uma condição importante, não tenho dúvida que seja. Mas é uma condição específica.

Bem, se exige a fixação das condições gerais, por maioria de razão talvez deva entender-se que se exija a aprovação de condições específicas relevantes. A verdade é que nos estatutos que votámos, no tal artigo 21.º, diz que «as alterações do capital estatutário, dependem de aprovação da câmara». O que é normal, natural. Não diz se tem de vir ou não há Assembleia Municipal. Portanto, que a câmara possa mexer no capital, pode! Quando mexer, deverá ou não vir à Assembleia? É um problema; não me parece que seja um problema relevante, porquanto não vamos em tempo útil, mesmo que esse assunto venha à Assembleia em tempo útil, não vamos poder resolvê-lo, a menos que, sem votos discordantes (penso que é isso que diz os estatutos), se inclua esta matéria na ordem dos trabalhos.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

“Ouvimos e ouvi a sua versão sobre o assunto, terei como compreenderá a minha opinião sobre ela; é a sua versão não é a minha, não considero a definição do capital social uma condição específica, considero-a uma condição geral, como é óbvio, sem a qual nenhuma empresa municipal poderá sequer dar início à sua actividade (poderia sequer), vamos pôr no condicional, o início à sua actividade.

Mas pronto, divergências de opinião são divergências de opinião, em democracia são salutares, e esta é mais uma e mais uma salutar.

Perguntava-lhe, sim senhor presidente da mesa, se acho ou se entende ou se sabe ou se considera, que esta é a única diferença ou a única situação que nos impedirá de não seguirmos pela via que o senhor próprio propôs, de incluirmos este ponto na ordem de trabalhos, sem votos discordantes. Pela nossa parte creio que estamos dispostos a irmos por essa via.

Perguntar-lhe-ia também, se tem vossa excelência a certeza, que estes estatutos são iguais, palavra por palavra, vírgula por vírgula, aos estatutos que em devido tempo aqui foram aprovados por esta Assembleia relativamente à empresa municipal do Teatro Aveirense?”

Presidente da Mesa:

“Bem, tenho de emendar aquilo que disse há bocado, não é preciso unanimidade. Basta dois terços, diz o ponto cinco do artigo 19.º do regimento: «a discussão e votação de propostas não constante da ordem do dia das reuniões ordinárias, dependem de deliberação tomada por pelo menos dois terços do número legal dos seus membros que reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto».

Não encaixa directamente, mas parece-me que este preceito que é aplicável.

Quanto ao facto dos estatutos serem iguais ou não, eu não perco tempo a comparar os estatutos. Aliás não vêm estatutos nenhuns. O que vem é uma deliberação sobre o número 1 do artigo 21.º.

Se alguém desconfia que houve aqui lapso ou falcatrua terá que o dizer. Eu não tive pachorra para estar a comprar o articulado aprovado, e o articulado de que, por amabilidade, nos foi fornecida cópia. O problema é apenas em relação, ao número 1 do artigo 21.º”

(Entrou na sala a Vogal Maria Isabel Almeida Velada)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

“Só queria dizer-lhe que nunca passou pela minha cabeça, sequer sugerir que haja aqui falcatrua. Nunca passou pela minha cabeça! Estou-lhe a dizer – perguntei à mesa directamente se tinha certeza de que estes estatutos que foram distribuídos pela mesa, coma sua assinatura, juntamente à deliberação camarária, dar conhecimento acerca da definição do capital social – condição genérica na definição de qualquer empresa municipal; se tinha vossa excelência a certeza que estes estatutos da TEMA, eram iguais ao estatutos da empresa municipal do Teatro Aveirense? Se não houve alterações?

Não tendo vossa excelência conhecimento desse facto, pode muito simplesmente perguntar à câmara se são ou não iguais?

Não querendo fazê-lo, não vale a pena, digo-lhe já que não vale a pena, porque por nós não entendemos qual a urgência da discussão deste ponto, até porque por nós, estamos dispostos a inseri-lo nesta ordem de trabalhos e a vota-lo nesta ordem de trabalhos. Tão simplesmente como isto. Sem polémicas desnecessárias e sem protagonismos inúteis”

Presidente da Mesa:

“Esses estatutos que foram distribuídos não tem assinatura nenhuma minha. Acontece que esse era o dossier que vinha da câmara e portanto, foi fotocopiado e distribuído tal e qual. Presumo que o texto seja tal e qual também o mesmo, tirando a história do capital.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

“Atendendo a que o capital social faz parte dos estatutos que nos foram agora distribuídos, e atendendo a que a votação dos estatutos das empresas municipais é uma atribuição da Assembleia Municipal, parece-me que este assunto deva ser discutido na Assembleia

Municipal e estamos dispostos a que este assunto seja agendado e para com isso hajam dois terços de “sim”, para que este assunto seja discutido nesta ordem de trabalhos.”

Vogal Raul Martins (PS):

“Somos favoráveis à inclusão do ponto na ordem de trabalhos.”

(saiu da sala o Vogal Álvaro Patrício do Bem)

De seguida o Presidente da Mesa, colocou à votação nos termos regimentais, a urgência de discussão do capital social da TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria de dois terços, e incluído na ordem de trabalhos no ponto 5, com a referência - alínea a).

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) – fixação das taxas para 2006;

Ponto 3. – Derrama – fixação da taxa para 2006;

Ponto 4. – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a “Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios “ (cfr. Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio);

Ponto 5. – Regulamento de Venda Ambulante – alterações;

a) Definição do capital estatutário do Teatro Municipal de Aveiro, EM;

Ponto 6. – Homenagem aos aveirenses que desempenharam funções de Presidente da Assembleia Municipal entre 1977 – 1997;

Ponto 7. – Síntese da Actividade da Assembleia Municipal de Aveiro em 2005.

(saiu da sala o Vogal Álvaro Patrício do Bem)

Presidente da Mesa

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Raul Martins (PS)

Presidente da Mesa

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

▲

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve munícipes inscritos para intervenções.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usaram da palavra os Vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Diamantino Jorge (IND.) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Vou falar de uma coisa boa, antes de uma coisa má que aconteceu na minha freguesia.

Uma coisa boa ocorreu neste país em Agosto de 2005 aquando do concerto dos U2, e a propósito do Mister Bono. Mister Bono foi condecorado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e Mister Bono apresentou-se no Palácio de Belém deste país de uma forma casual, informal – para não dizer miserável. Ou seja, se um Jeca Afonso deste país, se um Rui Veloso chegasse ao palácio de Sua Majestade naquela condição visual seria certamente colocado numa street de Londres e com bilhete de ida ou de regresso do país.

Mas ninguém põe em causa o sucesso e o gosto pela música do grupo U2.

Na cerimónia de entrega de condecoração o Senhor Mister Bono, muito sensibilizado para a comunicação social portuguesa afirmou que “Portugal tem uma missão especial a desempenhar junto dos países pobres”, mas não referiu que Portugal também tem talvez uma missão muito mais especial a desempenhar junto dos países ricos. Ou seja, a missão a desempenhar junto dos países ricos é para outros países tais como a Irlanda ou Reino Unido. E depois dizem, meus senhores, que a musica não tem ideologia... Obrigado por esta condecoração para sermos mais pobres!

Agora, falando de uma coisa má que aconteceu na minha freguesia nos dias quatro e cinco de Agosto de dois mil e cinco:

«INCÊNDIO DE REQUEIXO, AGOSTO 2005

Entre as 18.00/19.00 horas do dia 4 e as 24.00 horas do dia 5 de Agosto de 2005, ocorreu um incêndio florestal que devastou cerca de 80 % da floresta da Freguesia de Requeixo.

Em termos físicos, face ao conhecimento directo que temos da superfície ardida e atendendo a que até esta data nenhuma entidade oficial ou não revelou área diferente, representa cerca de 500 Ha.

Dimensão dos Prejuízos Causados À Economia da Freguesia

Considerando que a floresta ardida se encontrava em fase de maturação do seu ciclo de exploração económica e que nesta fase a produção de material lenhoso é de cerca de 120 m³/Ha, verifica-se que a quantidade de madeira ardida com valor diversas utilizações industriais foi de 60.000 m³.

Os preços de mercado para madeira com utilização industrial é da ordem dos 20,00 €/m³.

Então, os prejuízos provocados na Freguesia de Requeixo pelo incêndio ascendem a 1.200.000,00 €.

Contextualização da Problemática dos Incêndios Florestais

A floresta nacional pertence quase toda a pessoas físicas ou jurídicas de natureza privada.

Estas, como qualquer pequeno ou grande empresário de outros sectores da actividade económica, são os responsáveis pelas condições de segurança das suas unidades produtivas.

São eles quem, de facto, decide sobre a espécie florestal que pretende explorar com fins económicos.

Assim sendo, e com vista à salvaguarda do seu património, deveriam implementar medidas de segurança nesse sentido.

Plantações Não Amigas do Ambiente

No perímetro da área ardida encontram-se exemplos de como mesmo com plantações não amigas do ambiente, ou seja, com plantações de eucaliptos, mas com o solo limpo de material comburente, elas escapam ilesas ao fogo.

Veja-se a foto de plantação em propriedade minifundiária, limpa de matos, envolvida por floresta de elevado porte que, embora envolta pelo fogo, não foi por ele atingida e sobreviveu.

Plantações Amigas do Ambiente

Também no perímetro do fogo florestal existem plantações de espécies florestais amigas do ambiente, designadas por folhosas, de entre as quais se destaca o carvalho.

Estas, pela sua natureza, pelo microclima e tipo de revestimento vegetativo do sub-coberto, sempre verde mesmo no pino do estio, constituem verdadeiras barreiras naturais à propagação do fogo.

Repare-se como, na foto da plantação de carvalhos, o fogo chegou até ela e estancou, não se propagando quer ao nível do solo nem através das copas.

Significado Económico da Floresta Nacional

A floresta portuguesa, através da madeira e cortiça e da pasta celulósica e papel, contribui positivamente para a Balança Comercial nacional com 8,9 % para as exportações e 4,0 % para as importações, o que quer dizer que apresenta uma taxa de cobertura favorável, com um saldo positivo de 4,9 %.

Por seu lado, em termos de contribuição para a formação do VAB – Valor Acrescentado Bruto Nacional – o sector primário proporciona apenas 4,0 %, enquanto que o secundário proporciona 28,2 % e o terciário 67,8 %.

Ou seja, a economia nacional está cada vez mais dependente dos serviços, sobretudo daqueles que produzem bens não transaccionáveis, o que espelha bem o desajustamento estrutural do aparelho produtivo nacional.

Já no que respeita à distribuição do emprego assiste-se a uma taxa de ocupação de 66,7 % nos serviços, 31,2 % na indústria, construção energia e água, e de 12,1 % na agricultura, silvicultura e pescas.

Se for levado em consideração que o sub-sector da silvicultura, ou seja, da floresta, é um ramo da actividade económica com boa capacidade de multiplicação do emprego na medida em que por cada posto de trabalho directamente criado na floresta são gerados quatro novos postos de trabalho na fileira.

Então não será difícil de admitir que a floresta contribui eficazmente para: - o equilíbrio da balança comercial; - o crescimento da riqueza nacional; - o emprego sustentado.

A Floresta Vista Como Património

São as espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas que compõem a floresta que esboçam as linhas definidoras da paisagem e moldam as manchas verdes que revestem a superfície da terra. É devido à sua existência que o clima é mais ou menos favorável à vida. A vida dos animais, ou seja, à fauna, e à vida do homem, ou seja, ao habitat humano.

É a partir da existência da vegetação que se pode definir o índice de aridez do meio natural que nos rodeia, o qual, a caso extremo, tem como limite o deserto.

Nesta perspectiva é admissível, numa óptica não economicista considerar a floresta como património nacional.

Dependência Europeia de Madeiras

A Europa é deficitária em energia e madeira. A Europa carece de madeira para três grandes grupos de indústria: - a indústria dos aglomerados; - a indústria da celulose; - a indústria de mobiliário.

As Espécies Florestais Cultivadas na Europa Para Produção de Madeira

As principais espécies florestais cultivadas na Europa com a finalidade de abastecer em matéria-prima as indústrias da madeira são: - Eucalipto, é uma árvore pertencente à Família das Myrtaceae, Género Eucaliptus, perenifólia, altamente competitiva na disputa dos recursos (água e nutrientes) com as demais espécies. Na Europa, é cultivada apenas em Espanha e Portugal. - Resinosas, são árvores pertencentes à família Pinaceae, Género Pinus, designadas na terminologia anglófona por “Softwoods”, caracterizadas por terem as folhas transformadas em agulhas e produzem resinas, muito disseminadas pela bacia mediterrânica. O risco advém da sua capacidade natural de transformação da sua seiva bruta em seiva elaborada, que é uma resina altamente comburentes. - Folhosas, são árvores pertencentes à família das Fagaceae, Género Quercus, designadas na terminologia anglófona por “Hardwoods”, caracterizadas por terem muitas folhas largas que caem todas

no Outono. Produzem muita sombra durante o Verão, contrariando a evaporação da água do solo e elevada quantidade de matéria orgânica que permite a retenção da água no solo e a fixação de vegetação rasteira.

A velocidade de crescimento das diferentes espécies florestais, sua relação com a economia e com o ambiente.

As espécies florestais levam determinado período de tempo até atingirem o seu máximo valor económico.

Este tempo é determinado através de um coeficiente técnico designado por velocidade de crescimento.

De forma resumida, o quadro seguinte transmite-nos a relação económica e ambiental com as decisões empresariais de exploração florestal.

<i>Espécies florestais</i>	<i>Produção m³ / Ha</i>	<i>Anos para atingir corte</i>	<i>Velocidade de crescimento anual m³ / Ha</i>
<i>Eucalipto</i>	<i>120</i>	<i>10</i>	<i>12,00</i>
<i>Resinosas</i>	<i>120</i>	<i>30</i>	<i>4,00</i>
<i>Folhosas</i>	<i>120</i>	<i>50</i>	<i>2,40</i>

É claramente visível que as Folhosas são as árvores que, para obtenção da mesma quantidade de madeira, levam mais tempo a consegui-la.

No pólo inverso encontra-se o Eucalipto.

Numa perspectiva de liquidez imediata, atendendo ao horizonte temporal, o proprietário florestal opta, em detrimento da ambiental, pelo eucalipto.

Locais ardidos na Freguesia de Requeixo

Os sítios destruídos pelo fogo foram: - Brejeira, Raso, Fonte da Cilha e Alagoínha, no Carregal, Barbelique, Raso, Vale da Loba, Cavadas, Arrotas e Fonte da Cortiça, em Requeixo Capela das Almas, Azenha, Gândara, Cilha Velha e Carrajão, na Taipa .

Provavelmente, estes sítios não dizem nada aos membros desta Assembleia.

Todavia: - Se falarmos do canal de S. Roque, onde se represa e despolui a água, todos dele tem referências. Mas, ao contrário, ninguém se lembra da Pateira de Requeixo de onde a água se esvai e, de ano para ano, cada vez fica mais seca. - Se falarmos da Avenida Dr. Lourenço Peixinho todos se encontram igualmente atentos e preocupados com o seu futuro urbanístico fortemente gerador do asfixiante anidrido carbónico (CO₂), de incrementos térmicos para o crescimento do aquecimento global do planeta e das microgramas de ozono por metro cúbico de ar. Mas ninguém se importa com aqueles sítios da Freguesia de Requeixo onde, pela fotossíntese, se produzia e agora deixou de produzir o vivificante Oxigénio (O₂). - Se falarmos em ambiente, que sendo um conceito apropriado pela moda e modo de vida das urbes, todos se acham motivados para reclamar mais jardins e espaços verdes rodeados de imensos perímetros impermeabilizados onde as águas da natureza vão direitas para os modernos sistemas colectores pluviais.

Porém, ninguém se recorda daqueles sítios da Freguesia de Requeixo de onde desapareceu a vegetação arbórea caracterizadora da paisagem verde propiciadora da retenção da água no solo e da amenidade climática e que cedeu lugar às apagadas cores pardacentas deste país, resultantes da mescla do preto com a cinza, e onde, agora, a água provocará a erosão que carregará os materiais que ao serem depositados na Ria de Aveiro hão-de dar valioso contributo para o futuro afundamento da Beira Mar que voltará a ser protegida com novas e mais eclusas.

Socorro ao incêndio florestal

Durante a evolução do sinistro o socorro prestado em defesa do património foi de dois tipos:

- Socorro institucional; - Socorro não institucional.

Cada tipo de socorro actuou em função das características específicas da organização que lhe está subjacente.

As características identificadas em cada um deles foram as seguintes: Socorro institucional - Acção subordinada a comando hierárquico; - Comandos desconhedores das localidades onde se encontravam; - Actuação expectante; - Inexistência de trabalho prévio de identificação viária, pontos de água, orografia e dimensão da mancha florestal e respectiva fronteira com perímetros urbanos; - Equipamento tecnologicamente evoluído, porém tecnicamente desajustado das características materiais do sinistro; - Eficácia / produtividade deficiente dos meios terrestres, entre outras razões, devido ao tempo decorrido entre o reenchimento dos tanques e a aplicação na neutralização do fogo.

Socorro não institucional - Acção autogestionária; - Conhecimento profundo dos locais sinistrados; - Actuação pró-activa; - Intervenção directa sobre os focos de maior ameaça e gravidade; - Equipamento menos sofisticado mas tecnicamente mais adequado, quer pelo tipo de tracção quer pela dimensão e capacidade de manobra dos veículos nas vias florestais, quer ainda pelo equipamento auxiliar neles incorporado, de modo a permitir a captação directa de água dos pontos de água locais e também a projecção da massa hídrica sobre as zonas de combustão; - Elevada eficácia dos meios utilizados.

A floresta, enquanto actividade económica conjugada com as demais, deve ser incluída no planeamento do território do Município de Aveiro.

Ao abordar o valor económico e patrimonial da floresta ressalta que ela constitui matéria muito importante no contexto do planeamento do território.

Nesse sentido, deverá merecer atenção numa perspectiva de curto / médio prazo e também na de longo prazo.

No curto prazo, tem a ver com o actual risco da floresta inerentes aos modelos de gestão e protecção privados e públicos.

Neste âmbito ganham importância os seguintes factores: - Técnicas de exploração florestal; - Rede viária; - Pontos de abastecimento de água; - Caracterização florestal; - Protecção Civil.

No longo prazo, a política de ocupação e ordenamento florestal do território deve ser assimilada pelo Plano Director Municipal (PDM) porque, enquanto instrumento regulador daquela ocupação, desempenha papel estruturante na distribuição das actividades económicas e sociais.

É uma oportunidade ímpar que tem a Câmara Municipal de Aveiro para proceder ao ordenamento do território da Freguesia de Requeixo, tendo em conta que o PDM se encontra em revisão e que as condições biofísicas são de molde a equacionar a instalação de novas áreas de ocupação económica e social, de modo a nele considerar o redimensionamento e a reorientação ambiental da mancha florestal.

Estão criadas as condições que permitem delimitar claramente as seguintes áreas: - Nova área de salvaguarda; - Novas áreas agrícolas e florestais; - Novos perímetros urbanos; - Nova área industrial e de armazenagem.»

Relativamente às medidas de curto prazo foram comunicadas à Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral e à Comissão de Coordenação da Região Centro, que só e apenas para citar a data, em 11 de Agosto e até agora não obtivemos resposta.

É um país que está de férias, continua de férias, não liga nada a isto. Por isto queria aqui deixar também este apontamento do desinteresse das entidades ou dos serviços competentes que deveriam dar uma resposta a este assunto e não dão.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Falou-se dos incêndios, eu falaria de outro risco. Eu penso que o mandato que se segue será muito importante, esperemos não ter consequências cá como houve efectivamente, não nos Estados Unidos apenas, mas na parte que mais nos importa, aqui na vizinha Espanha e muito particularmente em zonas onde nunca se imaginaria que pudesse acontecer uma coisa destas em pleno verão, como foi o sul da Alemanha, a própria Suíça e em parte também a Áustria. E as tempestades que destruíram por exemplo o sul da Alemanha, ocorreu brutalmente em quinze minutos, num total de duas horas de chuva; mas até chegar ao estado que nos foi permitido ver através da comunicação social, pouco mais foram necessários do que quinze minutos. E portanto, o que aconteceu nos estados unidos e o que está a acontecer neste momento é efectivamente assustador, é mais assustador o que está a acontecer na Europa onde este tipo de fenómenos não é habitual. E muito próximo da nossa porta.

Alguns observadores cientistas - “connoisseurs”, deste tipo de fenómenos, diziam uma coisa espantosa: - que podia admitir-se que tivesse a ver com os incêndios e o sobreaquecimento que se tinha registado em Portugal. Isso quer dizer que nós por exemplo aqui em Portugal e obviamente também em Aveiro, temos de estar preparados para a eminência de uma catástrofe desta natureza, e prevenir neste momento não tanto os incêndios, que esperemos que sejam passado, pelo menos até ao próximo verão – esperemos que tenham passado para sempre como é obvio, mas para já temos que estar muito atentos a esta parte e eu não podia deixar de fazer esta observação ao executivo cuja composição futura desconheço, mas que me alegra muito ver colorido com basicamente as mesmas figuras, nos prospectos que entretanto pude observar.

Pelas minhas contas, o ponto ultimo: a Síntese da Actividade da Assembleia Municipal de Aveiro, relativa a este mandato, e não apenas a 2005, já será discutido por outros deputados municipais, mas não podia deixar de valorizar o trabalho feito, que é sem dúvida uma mais valia que fica para a história deste órgão, a Assembleia Municipal de Aveiro, e uma vez que é um documento escrito, bem mais completo que as próprias actas.

Para terminar, e para dar razão ao pedido de que ficasse escrita, esta minha intervenção, eu devo dizer-lhe que com algumas dificuldades, no mínimo duplas, de intervenção, porque neste momento todos nós devemos ter alguma cautela, eu sempre fui muito cordial com o senhor Salavessa por exemplo, como aguerrida da mesma forma, custa-me hoje dirigir-me a ele nestas circunstâncias. Isto para dar um exemplo, que não tem nada a favor nem contra como já irá ver; é que ficamos coarctados no direito de expressão porque neste momento diga eu o que disser pode parecer, que se fizer uma qualquer critica ao executivo – e às vezes faço-as (positivas), a todos (já cá estou há três diferentes executivos municipais), sou do tempo ainda do Dr. Girão Pereira e do Prof. Celso Santos, custa-me pronunciar-me porque pode parecer desapoio. Custa-me pronunciar-me porque pode parecer campanha. Estou um pouco emparedada!

Nestas circunstancias, que digo com a maior das franquezas e neste pressuposto que este ponto da sínteses da actividade – que nos diz respeito a nós já não seja discutido comigo cá, não queria deixar de dar uma palavra de apressa a todos os senhores funcionários com quem trabalhei, a começar pelo senhor Plácido, obviamente. Obviamente à comunicação social que me ouviu e eu sei como é cansativo às vezes estar aqui tanto tempo na busca de uma notícia de duas ou três linhas.

Agradecer a todos sem excepção, a todas as pessoas, de todos os partidos sem excepção, vereadores ou deputados municipais, a cordialidade que sempre tiveram para com a minha pessoa, que julgarão os próprios, certamente como eu por eles, fomos críticos durante os diversos mandatos, como para próximo acontecerá, as pessoas não são as mesmas, e sempre apesar das criticas profundas, discussões acesas, a Assembleia Municipal de Aveiro e

adianto-me ao ponto último desta ordem de trabalhos, ao longo de pelo menos estes três mandatos, deixo isso como testemunho escrito, foi de uma cordialidade extrema entre pessoas dos diferentes partidos. É essa a memória com que fico, uma memória muito reconhecida, não vou dizer nomes de ninguém, porque como mudaram muitas pessoas, todas me deixam igual saudade democrática.

Quero que saibam que contam, como sempre contaram comigo. Eu não virei para aqui, mas não deixarei Aveiro nunca nem por um segundo, como não deixei antes tal como o Sr. Dr. Carlos Candal dizia, também eu desde sempre, desde o berço, fiz o que pude por esta cidade e por este país. Continuarei a fazê-lo e estou à inteira disposição para tudo aquilo que quiserem, desde que seja para obvia defesa desta cidade.

Um último agradecimento, obvio, ao povo de Aveiro pela maneira como me tratou ao longo destes três mandatos.”

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Começo e termino com Saneamento, porquê? Por norma profissional sempre me oriento por prioridades e nesta Assembleia sempre tive presente, o problema do saneamento público como a grande prioridade para com o cidadão aveirense. Parece-me pela exposição do senhor presidente da câmara que em 2006, estará todo o concelho munido de tão precioso serviço. Tardou mas parece que será uma realidade, dado o compromisso e a obra já em curso. Mas só será uma vitória total quando esta câmara nos der a certeza que todo o cidadão terá efectuado a ligação à rede de esgotos públicos e as suas fossas estarão inactivas e devidamente desinfectadas. Não se pode correr o risco de ver esgotos a céu aberto, só porque a fiscalização não funcionou. Assim como critiquei este executivo por tardar na resolução do problema, também sou capaz de felicitar pelo esforço feito.

Em relação aos fogos e incêndios, também não queria deixar neste local um certo desencanto perante a problemática dos incêndios no nosso concelho. Não falo no poder central, porque o nosso é local. Qualquer cidadão pode minimizar o problema fazendo a sua prevenção, quer educando, quer alertando para pequenas causas, quer informando.

Mas as autarquias podem fazer ainda muito mais. Aveiro foi fustigado por esta praga e durante os dias quentes e sufocantes, enquanto nos deparávamos com as sirenes, com o fumo e o ar quase irrespirável, centenas de foguetes faziam a festa em vários pontos do concelho. Sabendo que a legislação obriga a que quando se começam a lançar foguetes, esteja um carro de bombeiros no local, como se pode esperar a presença destes, quando não chegaram para as encomendas dos incêndios.

O poder local, tem o dever de proibir este tipo de fogo durante a época de incêndios, tenho alguma dificuldade em aceitar certa passividade perante estes factos. Pode parecer pouco, mas estamos todos certos de que ajuda e muito.

Em relação à sinalização, vários acidentes têm ocorrido junto ao ISCA, eu já aqui falei nesta Assembleia sobre isto, perguntei, não me responderam; porque existem semáforos que estão a funcionar e existe ao mesmo tempo um sinal de stop que é fixo, como sabe. Como eu tenho dificuldade em saber se paro, ou fico parada o tempo inteiro porque tenho o stop, ou se arranco porque tenho um sinal verde ao mesmo tempo que os outros.

Os acidentados e um deles até foi uma colega minha de serviço, tinham a mesma dificuldade: pararam e avançaram quando surgiu o sinal verde, e a verdade é que todas as semanas há acidentes e um foi grave. Gostaria de saber o porquê? Se há algum estudo em causa. Porque é que há semáforos e porque é que há stop? Não consigo entender porque passam todos ao mesmo tempo. Todos têm sinal verde!?

Em relação ao muro de Verdemilho. Lamento ser lapa porque neste assunto ou sou lapa. Para tristeza dos moradores de Verdemilho que passam todos os dias pela rua junto à casa

Eça de Queirós, tem de assistir à visão degradante dos pseudo-muros que a qualquer momento podem cair. Se caírem sem espectadores será bom..., será ótimo! Se caírem durante a altura em que passe algum cidadão será muito triste. São coisas que não custam nada resolver e por mim, fica mais uma vez o alerta.

A isto também se chama poder local, e um olhar mais atento à qualidade de vida do cidadão. Por último, e porque é um defeito profissional, e dá também para as minhas filhas e para os meus netos, gostaria de ver esta cidade com arestas limadas, ou seja, para todas as idades e capacidade de mobilidade. Gostaria de deixar um pequeno contributo nesta Assembleia que seja de execução fácil tem um resultado muito preventivo de lesões: escadas, corrimões, esquinas de edifícios públicos, com arestas arredondadas – falando nesta Assembleia em todos estes móveis, será muito bom, porque na altura do embate em vez da ferida ser incisiva, é apenas uma pisadura. São pequeninas coisas, mas podem crer que são importantes. O poder local é aliciante e frutuoso, desde que direccionado para o ser humano.”

Vogal Orlando Terra Seca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Quería só cumprimentar a Câmara por mais uma inovação que fez em Aveiro. Julgo que já temos cá os “Táxis Marítimos” e isto é motivo de regozijo não só para nós aveirenses como também por todos aqueles que nos visitam.

Eu acredito na política e acredito nestes políticos. Nem todos são “Fátima Felgueiras”; nem todos serão “Ferreira Torres”; nem todos são “Valentim Loureiros”; nem todos são “Isaltinos Morais”; nem todos são “João Jardins”. Isto são apenas meia dúzia dos políticos em que se pode acreditar.

Dou os parabéns à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente e extensivo a todos os senhores vereadores.”

Vogal António Granjeira (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“É meu hábito, contra a vontade da maioria, que eu fale sobre assuntos económicos. E de facto eu hoje trago aqui alguns temas para reflexão, uns de valor económico, outro de valor económico pelo prejuízo que causou, e outros ainda...”

Eu gostava de lembrar a câmara que é sempre lembrada como sendo uma excelente negociadora. Faz ótimos negócios!

Eu, por acaso, ontem vi uma reportagem na TVI ou na SIC já não sei bem – por acaso não ouvi falar do estádio de Aveiro, mas deve ter falado também, e a conclusão era brilhante, mas pronto adiante (sobre isso já falámos várias vezes).

Vou-vos trazer hoje um negócio interessante que a câmara fez; - de milhões! Obviamente que eu tenho os dados todos como é obvio, depois fornecerei ao senhor presidente da câmara se tiver dúvidas sobre ele.

A Câmara fez aqui um negócio à uns tempos, - aí em 2000, em que prometeu ao proprietário uma permuta. O proprietário dava uns terrenos e a câmara dava-lhe em troca outros terrenos, para ele poder edificar. Comprometeu-se naturalmente, que os terrenos ficariam livres de encargos, ficariam à disposição do proprietário, até ao dia 31 de Março de 2003. – Já devem ter percebido que os terrenos ainda estão para arranjar. O problema disto é que era uma permuta e o valor era um milhão de euros, mais ou menos, mais coisa menos coisa.

O problema disto é que a câmara decidiu dar uma cláusula compensatória de 15 mil euros por mês ao senhor. Já passaram vinte e oito ou vinte e nove meses e o valor da cláusula penal já vai em quatrocentos e vinte mil euros. Quer dizer que o valor, que era um excelente negócio avaliado num milhão de euros que custava zero, já vai custar quinhentos mil euros, mais ou menos, sem juros, sem nada de indemnizações compensatórias.

Acresce que a Câmara já foi condenada em Tribunal, depois recorreu, obviamente, os outros também recorrem, mas não se livra de ter que pagar como é óbvio, não vai ter alternativa.

E portanto, é para verem que de facto quando nós falamos que a Câmara infelizmente cobra muitos impostos, nem sempre os aplica da melhor maneira. E este é um exemplo claro. Há outros! Daí, que seja um saltinho quando nós pedimos informação sobre os problemas jurídicos da Câmara, tenham sido sempre vagos, fugidios, arredios e nunca dizem tudo. E depois, claro, nós temos de fazer algumas perguntas e perceber porquê. E de facto entendemos só, sem falar nas dívidas, que agora foram recondicionadas à revelia, nós percebemos que só em impostos em oito anos a Câmara recebeu cento e vinte e dois milhões de euros, o que dá quase cinquenta mil euros por dia.

De facto vemos como a Câmara aplica mal o dinheiro, porque estes negócios são desastrosos para a Câmara, são desastrosos para os municípios, e os municípios devem indagar a Câmara, e eu estou aqui nessa condição: - porquê este tipo de negócios?

Porque quando se diz que se fez uma grande permuta não se fez! Fez-se uma desgraça de uma permuta; (sobre isto nem espero nenhuma explicação, porque não tem explicação, mas é capaz de haver alguma escondida).

Em relação à Polícia municipal, realmente tem sido uma desilusão. Eu sou daqueles que acho, - sempre tive dúvidas sobre a Policia Municipal, mas pronto, devemos dar o benefício da dúvida; eu nunca percebi bem mas pronto, haviam pessoas, eram técnicos..., até que eu tive que usar a Polícia Municipal, e então percebi que não servia para nada, ou servia para pouco.

Em termos de fiscalização dos incêndios já vimos que não fiscalizam nada ou pouco.

Senhor Presidente eu vi queimadas hoje, dentro da cidade, e não vi ninguém preocupado com isso; em terrenos que são agrícolas no centro da cidade. E acho que ainda não acabou a época dos fogos (eu também nunca percebi esta teoria da época dos fogos). Há época dos fogos mas não há a época da prevenção.

E em relação a este assunto, eu vou-vos contar com mágoa uma experiência pessoal. Eu fui fazer uma queixa à Polícia Municipal, e não sabia onde é que me havia de dirigir. Se me dirigia ao Presidente da minha Junta (o que fiz), - se me dirigia à GNR?; ou Delegado de Saúde? É um assunto grave! E fui a estas todas entidades e a única entidade que não actuou foi a Polícia Municipal. Notável! O Presidente da minha junta disse-me que era na Policia Municipal, e eu fui lá. É a única entidade até hoje de que eu não tive qualquer informação; Zero. A GNR foi no mesmo dia; a Delegada de Saúde foi no dia seguinte; a Polícia Municipal deve andar a procura da casa. Mais, nem sabia onde era o cadastro! Tive que dizer as coisas todas porque não sabiam, não tinham informação do SIG, não tinham em lado nenhum – uma vergonha! Por isso eu estou indignado com esta situação. É evidente que eu não devia trazer um caso pessoal, mas foi tão grave que eu fiquei irritado.

Em relação a outro assunto, eu não vou falar de despedidas, nem de “bota-fora”, nem de auto-suspensões, nem nada destas coisas, não me preocupam essas coisas, eu vou ficar na lista exactamente onde estava este ano, que era o primeiro suplente; não é por minha vontade, nem contra a minha vontade, é aquilo que ficou concordado e portanto, eu estou perfeitamente à vontade — mas também não queria ficar na Assembleia!

E não queria, porque eu achei que apesar do esforço que eu fiz, pessoal, de organização, de estudo dos dossiers (mais ou menos bem conseguidos), eu senti sempre que era um lugar inglório. Era um trabalho que nós fazemos, que eu fiz, e que a bancada fez e que teve algumas reuniões, muitas tardes perdidas, muitas noites a pensar nestes casos e depois chegámos aqui e pela lei da democracia perdíamos, naturalmente. Mas eu não estou contra perder as votações. Não estou nada preocupado com isso, estou preocupado é que não servissem para nada - nem para ouvir! Nem para serem ouvidas em alerta. Uma das medidas tão simples quanto esta que eu apresentei, três requerimentos à Mesa ao abrigo da lei, e tive

obviamente três respostas meras, aquelas coisas menos importantes, porque aquelas que eram realmente importantes ninguém respondeu.

Insisti repetidamente com o Presidente da Mesa – que poderá realmente confirmá-lo, - porquê? E o senhor presidente dizia que não podia apontar uma pistola ao Senhor Presidente da Câmara. Mas o Senhor Presidente da Câmara fugia de responder a essas questões. Obviamente que agora também não vale a pena porque estamos no fim, e também muitos dos assuntos já passaram de prazo, mas de facto é triste, a maneira como nós vemos a Assembleia; quer dizer, nós tentamos, nós esforçamo-nos, podemos não ser de muito interesse, mas então diziam assim: - é pá, você não percebe nada disto! Ou então, não diga nada, esteja caladinho; ao menos uma resposta, - é que nem isso!

Realmente fico triste, e fico desolado, com este desgosto, de ver que a minha câmara, o sítio onde eu me empenhei, nesta Assembleia, liga tão pouco às bancadas e tão pouco aquilo que as bancadas dizem. Eu acho que é um primeiro dever da democracia, - ouvirmos; todo o político é difícil saber ouvir, mas é muito importante saber ouvir para poder actuar melhor. E muitas vezes, eu acho que o senhor presidente da Câmara e a Câmara em si, não ouviram esta Assembleia. Ou ouviram para aquilo que lhes interessava. Mesmo que discordassem, e estão no pleno direito de votar contra ou a favor ou como entenderem, acho que deviam ouvir.

É por isso que muitas vezes nós sentimos o desgosto e o desalento de pertencer; - o trabalho não compensa! Contrariamente à justiça, em que a fuga compensa, aqui o trabalho não compensa e devia ser ao contrário, mas é assim! E infelizmente esta democracia caminha para estas situações. Não temos mecanismos que nos defendam.

A lei, em relação aos requerimentos, permite-os! Mas não pune. Portanto, eu não ligo nenhuma, também não me acontece nada. Então para que é que há requerimentos? É que nós também podíamos usar as Assembleias, e nunca o fizemos para fazer requerimentos sobre requerimentos, emendando vírgulas, e dávamos ali um trabalho danado ao Senhor Presidente da Assembleia, a rejeitar – como nós fazíamos nas antigas RGA's, e naquelas assembleias de liceu e de universidade. Requerimento e requerimentos, moções e moções, e nunca mais saíamos daqui; mas nunca o fizemos!

Portanto, levámos a Assembleia como deve ser, levámos com dignidade e tentámos aguentar as coisas. E de facto, de parte muitas vezes da Câmara não vimos isso. Isso é um lamento.

É um lamento na altura em que nós saímos, é um lamento que me pesa profundamente. Empenhei-me pessoalmente, - a partir do momento que até fiquei a liderar a bancada, empenhei-me ainda mais, e acho que a bancada do CDS no seu todo, com muitas achegas que trouxe a estes debates, deu muitas vezes contributos importantes e que na maioria das vezes não foram ouvidos sequer. E esse é o principal lamento, mas também é a essência da democracia. Mas sem isso não podíamos deixar de o dizer hoje.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: c

“Pegando ali naquele exemplo que o meu colega da freguesia de Requeixo se referiu, e da condecoração do senhor “Bono”, eu quero dizer que me senti envergonhado naquele momento, quando vi condecorado aquele senhor – que pode ser entendido à luz daquilo que é a política social em termos mundiais, mas não em termos nacionais; e senti-me envergonhado e senti uma certa revolta pela displicência com que aquele condecorado tratou o nosso Presidente da República. Senti uma certa revolta! Pareceu-me que o homem estava ali a gozar com o nosso Presidente da República; e senti nesse momento..., e depois veio-me a colação e ao pensamento uma outra questão Senhor Presidente: - vinte e nove anos de Poder Local, sete mandatos, trinta mil presidentes de junta de freguesia e centenas de milhar de autarcas de freguesia. Nestas centenas de milhares, nunca nenhum Presidente da República,

depois do vinte e cinco de Abril, encontrou nestas centenas de milhares de pessoas dedicadas à sua terra e ao seu país razão para condecorar fosse porque razão fosse. Um que fosse! Isto deve-nos fazer reflectir porque há excelentes exemplos por esse país fora de dedicação muito acima de nós; exemplos de entrega total à missão e às comunidades que servem e nunca houve uma atitude de atenção, de distinção por estes milhares de homens e mulheres que servem o Poder Local ao nível das freguesias.

Depois queria abordar aqui, não de forma tão elaborada como o Sr. Eng. Diamantino apresentou a da sua freguesia, porque como sabeis os fogos de Agosto também atingiram a freguesia de Oliveirinha, e eu que acompanhei a par e passo o que aconteceu, pude verificar primeiro duas coisas: a dedicação das corporações de bombeiros aqui de Aveiro e a falta de equipamento – (pareceu-me que estavam mal equipadas), das corporações de bombeiros de Aveiro, de Ílhavo e de Oliveira do Bairro, a quem nós devemos a ajuda inestimável daqueles dias de aflição, pareceu-me que estavam mal equipados do ponto de vista dos meios de combate aos fogos florestais, meios todo o terreno.

E a propósito disto, a quem nós agradecemos aos bombeiros a sua coragem, o seu trabalho, a sua dedicação e o seu esforço e às respectivas corporações e dirigentes, aqui deixo este agradecimento em nome da população de Oliveirinha, aqui quero também referir especialmente os jovens da minha freguesia, nomeadamente os do lugar da granja que num período mais difícil do combate, em contínuo, sem dormir, nem parar, mantiveram-se em acção durante 35 horas e foram inexcedíveis e prestaram uma preciosíssima ajuda às corporações de bombeiros; feita de quê? De tractores agrícolas, com cisternas de água, mais ou menos sofisticadas, e que no caso das mais sofisticadas equipadas com canhões de água, fazem regra, para quem sabe, de trezentos e sessenta graus, a uma distância de quarenta, cinquenta metros, se revelaram preciosíssimos no auxílio aos bombeiros, e sei que o mesmo se passou na taipa e que deste ponto de vista, pode-se dizer que esta ajuda dos populares foi decisiva para que não ardessem casas nesta zona da Taipa e na Granja de Oliveirinha.

Esta homenagem, a estes jovens da minha terra, por este trabalho, por esta entrega total, sem ninguém os chamar e de um esforço inexcedível, que é assim, que as coisas se vão ajudando, é num trabalho mútuo de inter ajuda, que podemos resolver este problema.

Depois dizer-lhes que ao longo destes últimos tempos, temos participado em inúmeros fóruns e podemos constatar que nesta matéria as juntas de freguesia do país, tendo em conta a mais valia resultante da sua proximidade com as populações, podem, do ponto de vista da prevenção primária, daquela intervenção rápida, inicial, podem ser muito importantes, se dotadas de pequenos kits de intervenção primária e rápida, com uma estrutura muito leve e muito ligeira, mas presente, podem ser muito importantes na eliminação – como se veio a constatar em alguns casos, que são exemplo, podem ser como eu dizia, muito importante, na eliminação de fogos nascentes. E não conseguindo essa eliminação, muito importantes, no auxílio a prestar aos bombeiros no seu trabalho.

É uma matéria que temos apresentado e disponibilizado, junto dos poderes instituídos, nomeadamente o Governo, que esperamos ver avaliada e apreciada por quem de direito, pelos especialistas na matéria, porque é um combate, é um desígnio nacional travar este combate e ganhá-lo de uma vez por todas.

E também nas políticas florestais, nomeadamente nas zonas de minifúndio, é fundamental que se parta para o planeamento que não nos leva à reacção, porque o combate aos fogos é reagir, nós precisamos é de agir previamente, e agir previamente do ponto de vista do Presidente da Junta de Oliveirinha e já agora da ANAFRE, é que é necessário nestas zonas de minifúndio, fazer uma reestruturação fundiária do território da floresta, explicando às populações o que se trata, e levando a cada uma das aldeias deste nosso país o fruto dos colóquios em que eu tenho participado, nomeadamente um há dias na Universidade de Coimbra de grande qualidade com gente muito qualificada, foi patrocinado pelo Senhor

Presidente da Republica, com comunicações muito interessantes, mas cujas conclusões não saem do meio académico ou da classe politica. Tem que ser levado às pessoas das aldeias. As pessoas bem pensantes, os académicos e os políticos em geral, está convencida que as pessoas, os cidadãos das aldeias não compreendem e estão muito enganados. As pessoas compreendem, estão sensibilizadas para esta problemática. É preciso é que aquelas informações mais técnicas, aquelas opiniões avalizadas de quem sabe desta matéria profundamente, seja levada a cada uma destas aldeias, explicada localmente e sensibilizar as pessoas para esta necessidade, de reestruturar fundiariamente o território da floresta, organizado em associações, empresas e obviamente que a floresta seja tratada de forma profissionalizada, quer do ponto de vista das espécies, quer do ponto de vista da sua gestão corrente, quer do ponto de vista da sua explorabilidade e rentabilidade, envolvendo todos na resolução deste problema que é de todos nós.

Tenho fortíssima consciência que não há alternativa, e quero-vos dizer que também tenho consciência de que a classe politica, transversal aos partidos que têm estado no poder, e estão agora, têm medo de tomar medidas, e eu canso-me de dizer aos responsáveis políticos que não há que ter medo, há que ter coragem e ter a humildade de explicar aos cidadãos o que é que é necessário fazer. Porque em 2003 naquela vaga de fogos, que assolou também o país, e lembram-se bem, nomeadamente a zona centro/sul e Algarve – zona de Monchique, fizemos um inquérito aos autarcas das freguesias atingidas, e foi possível perceber nas suas respostas, uma posição que ia no sentido de que era preciso emparcelar o território da floresta. Embora timidamente o dissessem com receio de serem mal interpretados pelos conterrâneos. Mas as pessoas percebem que temos que andar para a frente, ter coragem, tomar as decisões, avançar e todos darmos a mão, porque é de um combate, é um desígnio nacional em que todos têm que participar indistintamente da sua origem ou cor politica.

Quero por último também, saudar democraticamente todos os eleitos desta Assembleia, que contribuíram com as suas intervenções para a fiscalização que têm o dever de exercer sobre o executivo municipal. Aos funcionários cujo zelo foi inexcelável. Aos senhores representantes da comunicação social pela sua presença no acompanhamento dos trabalhos, nem sempre, reconheça-se, tão produtivos quanto seria desejado. Reconheça-se também o grau de maturidade demonstrado e isso é uma coisa que me orgulha bastante, - eu falo no país com muita gente nas assembleias e apercebo-me de que ainda estamos, em muitos lugares do nosso país, num estado de desenvolvimento, em que ainda é fácil a provocação e a ofensa pessoal. Ainda se passa muito por aí! E desse ponto de vista, nós devemos estar todos orgulhosos, e, integrar esta Assembleia, porque o grau de maturidade demonstrado, consubstanciado na distinção politica, e objectividade das intervenções, obviamente para a qual contribuiu muito, a oposição civilizada e democrática, aqui exercida.

Por último, manifesto o desejo de que a próxima Assembleia, nomeadamente os membros por inerência, os meus colegas presidentes de junta que aqui estão e vão continuar, ou os que vierem de novo; autarcas legitimamente eleitos que serão, tenham aqui uma atitude interventiva na defesa da dignidade dos seus cargos, e da sua inalienável legitimidade. Infelizmente deste ponto de vista, é com tristeza que eu o digo, não exercemos correctamente ou cabalmente, as nossas funções. E eu, pela parte que me toca, penalizo-me por esse facto. E que o próximo executivo municipal, - é um desejo que aqui deixo, elabore os futuros planos de actividade e orçamentos, de forma participada, no respeito pela representatividade dos que estão investidos, os eleitos desta Assembleia, e nomeadamente os representantes por inerência das freguesias, aos quais é importante ouvir, para que o desenvolvimento sustentado e sustentável do concelho de Aveiro seja uma realidade, e para que a redução a diminuição das assimetrias hoje verificadas, sejam também uma realidade.

Finalmente, que as decisões de investimento do futuro executivo, seja ele qual for, priorizem o território concelhio. Espero, ao fim de vinte anos que tenho desta casa. Espero que

finalmente, os investimentos, - foi uma promessa do actual mandato não cumprida (do executivo municipal), eu espero que no próximo executivo municipal, finalmente essa tarefa seja cumprida, de dar prioridade ao investimento para além da 109. Até aqui, ainda ontem podemos assistir (aqueles que puderam), a um debate entre os diversos candidatos ao executivo municipal, e o que eu ouvi não indicia muito de bom, embora aqui e ali com alguma referência, mas a culpa também foi dos interlocutores que colocavam as questões centradas na ria e na sua área mais adjacente, esquecendo o restante território do concelho, o que é bastante lamentável.

Por último uma palavra de simpatia para com o senhor presidente pela forma democrática como exerceu este mandato, e às vezes grossando a voz como é seu timbre, mas com certeza sempre imbuído de um espírito democrático e respeito pela legitimidade daqueles que deste lado se sentam.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Hoje neste plenário paira assim um sentimento de queixume, ora de despedida, de uma certa negatividade. Até o senhor presidente se queixou, de que quando o CDS estava em maioria nesta Assembleia, que tinha discursos e intervenções eloquentes – eu estava presente, (e tinha-as de facto), e nós enquanto o actual Presidente da Mesa da bancada do PS falava, nós íamos aceitando, dando o nosso consentimento, fazendo um gesto com a cabeça; mas depois nas votações, o senhor presidente queixa-se, o CDS era em bloco contra. É que nós íamos aplaudindo era a oração, não o argumento. Nós entendíamos que o senhor presidente não tinha razão de facto, nessa altura o eleitorado ía-no-la dando porque o senhor presidente bem clamava, clamava, mas os eleitores votavam era em nós.

Tem sido facto nesta assembleia, o que paira é de facto o queixume.

E eu também não vou sair disso, mas também não vou entrar no queixume, - passo a expressão, da “lamechice”, que nos toca a nós, membros desta Assembleia.

Eu queria contemplar aqui de facto situações de queixume que são legítimas. Já se aqui apontou que há bons e maus políticos, nominou-se até e de vários lugares. Mas eu, que acho até que os políticos são bons, e particularmente os de Aveiro, o que eu acho é que muitas vezes seguem métodos altamente condenáveis. E em termos gerais, se for o caso e os ilustres membros desta Assembleia quiserem eu não tenho problemas nenhuns em particularizar, em descer aos concretos; eu digo o seguinte: - eu acho muito mal que as câmaras tenham uma tendência para a especulação imobiliária, quando ela é feita em prejuízo enorme, e com desrespeito total, por quem muitas vezes passou uma vida de longo trabalho no amanho da terra, porventura na emigração, numa siderurgia, seja no que for, para arranjar um pequeno prédio, arranjar um pecúlio, que é digamos assim, o seu regozijo final. E quando já muitas vezes também em idade avançada, surgem os estudos ou os planos urbanísticos, muitas vezes até nos estudos urbanísticos, e aparecem pessoas, entidades, agentes a contactar, agentes camarários internos, ou mandados agir e se abeiram das pessoas para querer negociar o seu prediozinho, a pretexto de que vai surgir ali uma urbanização, e vai passar ali uma estrada. E portanto, lançar sobre as pessoas o receio de que venderão naquela altura, negociarão a um preço que lhes é apontado como justo, mas que afinal se revela muito injusto, porque nesses estudos urbanísticos, já está prevista construção que dá muitas vezes, que atinge muitas vezes o quádruplo, e o quádruplo do valor que querem dar, àquele que eu chamo, incauto.

E isso passa-se, passa-se em vários sítios, e passa-se (eu não gosto de estar cá com generalidades, gosto de ir directamente aos assuntos), passa-se isso em Aveiro. Ainda agora, por exemplo, corre o estudo urbanístico da zona das Agradas do Norte. Toda a gente sabe que aquilo é uma zona nobre, que vem ligar à baixa aveirense, à zona histórica directamente, e

portanto, há ali interesses ponderosos e que hoje há pessoas que estão a ser contactadas por agentes camarários para venderem o seu prédio na totalidade, com fundos com cerca de cem metros, onde ao centro são atravessados por bandas contínuas de construção para onde estão previstos cinco, seis e sete andares, e que a pretexto de a estrada passar na ponta, na extrema do seu prédio, lhes procuram comprar a totalidade do mesmo prédio, mas não dão a informação às pessoas de que está prevista para ali no estudo, esse tipo de construção. E oferecem por exemplo, vinte mil contos, para onde estão previstos quinze por quinze vezes sete (mil e quatrocentos metros quadrados de construção), o que a oitenta contos, façam-lhe a conta. Que não são vinte mil contos seguramente.

Ora isso, esses métodos acho que são incompatíveis. Quem procura adquirir isso? É o próprio município! O município é que quer adquirir esse terreno. Por uma bagatela! E as pessoas vivem atemorizadas porque quem as contacta vai dizer, que - aquilo se não vendem assim, porventura irão vender mais barato. Toda a gente sabe (essas pessoas não sabem), mas muita gente sabe que não é assim. Quer dizer, se o município quiser fazer a estrada, tem todo o direito de a fazer, e irá expropriar, mas expropria só a parte necessária à via e deixa incólume tudo o resto, para o interessado ter ele a mais valia como é justo, para fazer lá a construção que entender e vender a quem quiser. E ainda por cima vai ser pago daquilo que não presta, - para esse efeito de construção, mas que lhe é retirado para a abertura da via. Ora esta informação não é dada.

A meu ver, são estes métodos, são estes desvios em que os políticos caem, que nos desacreditam. E nós aqui, longe de toda e qualquer lamechice, de muita saudade (sem criticar), devemos denunciar. E se quiserem eu digo quais são as situações, digo onde são. Portanto, isto está-se a passar hoje concretamente! E devo dizer nesta Assembleia, que é o areópago dos munícipes, os munícipes devem sentir que os seus interesses são defendidos, e eu só tenho pena que nestes mandatos, com esta governação, tenha havido uma maioria absoluta, porque senão não teríamos cá certamente o IMI com a taxação que está, afixação dos coeficientes de localização com aquilo que tem, mas isso lá virá a seu tempo, porque eu não acredito nada em maiorias absolutas. As Maiorias absolutas abatem-se sobre o cidadão, sobre a capa da autoridade democrática, são elas mais injustas, a meu ver, do que a própria ditadura; é que é uma ditadura autorizada. Isto sem ofensa para as instituições.

Portanto, que os munícipes das Agrads, - fica o aviso solene: tomem cuidado! Que não vendam nada, sem se informarem na câmara (que a câmara tem a obrigação de as informar), do que é que vão fazer no seu terreno. E a lei dá-lhes o direito, ou digamos, o dever de só serem expropriados daquilo que é estritamente necessário à abertura das vias. E não são obrigados nunca, a ceder o terreno onde a concessão vai ser implantada. Esse terreno é do munícipe, o munícipe tem o direito de fazer os quinze vezes quinze, nunca menos de oitenta contos, e não tem o dever de ceder, isto tudo, sem pagamento da parte do prédio que é dado para a via, a troco dos míseros vinte ou trinta mil contos.

Isto, senhores deputados, é vergonhoso, choca-me, e faz-me atizar a voz, contra quem quer que seja, por maior legitimidade democrática que tenha. A meu ver, isto é inteiramente abusivo, ofensivo, espezinhador, com todos os atributos do que há de mais negativo, porque toda a gente sabe que quem leva uma vida a trabalhar, gosta de preservar o seu trabalho.”

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em primeiro lugar gostava de dizer que a Câmara Municipal de Aveiro, e muito bem, tem feito uma campanha para a recolha selectiva do lixo, uma educação ambiental, tem os ecopontos, simplesmente dentro do edifício da Câmara Municipal de Aveiro não é feita a recolha selectiva do lixo! Eu estive dentro da Câmara várias vezes a tratar de assuntos, e os funcionários todos da Câmara e são muitos (eu disse mil, disseram-me que eram menos), mas

não fazem a recolha selectiva do lixo, porque não têm os eco-pontos pequenos para fazer essa recolha selectiva. Como eu sempre defendi que o exemplo tem de vir de cima, eu acho que é altura desta Câmara ou da outra que for eleita, começar a educação ambiental por dentro de casa porque realmente é um péssimo exemplo.

O segundo ponto prévio é em relação aos incêndios. (como parêntesis todas as árvores que tínhamos na família arderam todas, mas isso não é do interesse desta Assembleia), mas eu assisti e isso é que é engraçado, o nosso companheiro falou também dos erros de florestação das árvores de folha perene, com folha caduca e isso tudo, e eu pergunto se os erros de florestação têm alguma coisa a ver com incêndios que começam às quatro da manhã, simultaneamente e em vários pontos alinhados. Isto aconteceu no concelho de Águeda, no concelho de Albergaria, no concelho de Oliveira do Bairro e em vários concelhos. Portanto, não há florestação certa que contrarie este crime. Há também, não só erros de florestação, - que eu aceito que haja, mas há também, muito crime que não é punido porque os incendiários confessam o incêndio que foi posto, são interrogados no posto da policia ou da Guarda Republicana e depois são postos em liberdade a aguardar julgamento. Entretanto, vão continuar a fazer o serviço e continuam a pôr mais incêndios. Portanto, a questão não é só de erros de florestação é também de crime e isso tem de ser tratado pelas autoridades competentes.

Outra questão de que se fala: as florestas não estão limpas. É verdade! Mas dantes havia guardas florestais, havia guarda-rios; agora não há ninguém. A floresta está entregue a si própria e aos criminosos que por lá passam.

O terceiro ponto prévio, trata-se..., o senhor presidente da Assembleia falou do emparcelamento. Eu estou directamente implicada num emparcelamento de uma parte do Baixo-Vouga, que tem estado a ser feito no concelho de Águeda. As pessoas proprietárias de terrenos junto ao rio Vouga, que estavam na área de emparcelamento entregaram as suas propriedades rurais, aceitaram as avaliações que foram feitas, porque há vários graus e categorias de avaliação e foi-lhes dito que depois receberiam a sua indemnização, pelo terreno que lhes foi retirado, e isto já passaram seis meses e quando se interroga os técnicos que fizeram esse trabalho, eles dizem: - nós agora parámos tudo, porque o governo não dá dinheiro portanto, não podemos pagar. Os emparcelamentos também emperram por falta de financiamento.

Quando ao emparcelamento florestal. Há emparcelamento florestal, há empresas que tratam tecnicamente da floresta, simplesmente ficam com sessenta por cento dos lucros e dão quarenta ao proprietário. Não sei se os proprietários estarão interessados numa situação destas. São pontos para que as pessoas reflectam sobre isso, e quem tiver autoridade que faça as devidas actuações.

A terminar gostava de dizer que não vou continuar na vida politica; acho que na vida há momentos para parar. Eu não sigo o exemplo do Dr. Mário Soares, acho que este é o momento para eu parar, e portanto vou parar.

Desejo aos que continuam aqui na Assembleia, ou na câmara ou noutra sítio qualquer, um bom mandato. Espero que tenham sempre como objectivo o bem do concelho e das pessoas. Penso que as pessoas são muito importantes. As pessoas são muito importantes embora as coisas também sejam importantes, porque se aquilo que foi construído, ou outro tipo de património não for preservado, aquilo que foi feito ao longo da história, se não se deixar como legado das gerações vindouras perdem-se as raízes. Penso que sem testemunhos históricos, sem raízes, deixa de se ter identidade, deixa de se ter dignidade e portanto, é preciso que as pessoas respeitem aquilo que as outras gerações anteriores construíram, e as preservem para legar às gerações seguintes.

Do ponto de vista político, sobretudo nesta época que estamos a atravessar em Portugal, não é mau e é um conselho, uma reflexão que eu faço, que a clareza a frontalidade e a

honestidade dos políticos, tem que estar presente. Nós temos assistido infelizmente, a comportamentos políticos que são altamente condenáveis, aqueles que estão em lugares importantes, que estão em lugares de chefia, muitas vezes têm dado exemplos muito maus para aquilo que nós considerávamos que devia ser a democracia e penso que é perigoso.

Portanto, chamar à atenção sem ter medo que nos combatam é importante. Portanto, desejo àqueles que cá ficam, que não se esqueçam desses comportamentos; é importante, tanto na política local, como na política nacional, porque para mim a política é um assunto muito sério, porque quando se é eleito, é dado ao político um voto de confiança para que actue em nome dos eleitores. É uma espécie de procuração que se passa e uma procuração que se passa com confiança. E portanto, o político tem obrigação de defender intransigentemente aqueles que o elegeram e os interesses comuns desses que os elegeram. Se não o faz, esse deve ser irradiado da política, não deve haver medo de irradiar da política, seja um presidente, seja quem for. Não corresponde aquilo que deve ser um político num país democrático, deve ser afastado. E nós não devemos ter medo, não devemos coibir-nos de fazer essa crítica.

Continuo a lamentar que a participação das mulheres seja pequena, é muito pequena a participação das mulheres, não sei bem se na próxima Assembleia vai haver ou não mais mulheres, sei que no PSD vai haver algumas mulheres mais novas, que tenho a certeza que irão continuar o nosso trabalho com muita competência.

Desejo que o nosso partido e os outros partidos, não se esqueçam que os países são feitos de pessoas de ambos os sexos e portanto não se devem esquecer que Portugal não é um país só de homens de barba rija, é um país de homens e mulheres, e as mulheres devem ser incentivadas e escolhidas a participar activamente na politica, porque penso que elas têm (excluindo aqui a Dr. Fátima Felgueiras, que isso é um mau exemplo), talvez mais tendência para serem mais escrupulosas, tenho essa convicção.

Não posso acabar sem mostrar o meu desalento pelo estado actual do país, no entanto não sou pessimista. Um país como o nosso, um país a que eu tenho muito orgulho em pertencer, que tem quase nove séculos de história, já enfrentou imensas crises, e tenho a certeza que vai enfrentar mais esta.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Temos assistido hoje nesta assembleia a um conjunto de despedidas e de balanço da actividade, e eu ouvi aqui o meu companheiro desta linha de bancada, o António Granjeira a dizer que o “trabalho não compensa”, e que a vivência de oposição, realmente não gostou desta vivência de ter estado na oposição. Gostaria de dizer que não é isso que me atrapalha, de estar na oposição e de achar que as nossas ideias são seguidas. Faz parte da democracia. Estou nesta posição já há muitos anos, há dezasseis anos que oiço os outros, penso muitas vezes que os outros estão convencidos dos nossos argumentos, e que depois são votados exactamente ao contrário daquilo que nós gostaríamos que fosse, e o município continua a evoluir, continua a crescer e a democracia continua a ser vivida. É assim!

Mas eu não esmoreço, por esse facto, porque acho que há-de chegar a oportunidade, em que as nossas ideias poderão ser implementadas não só nesta Assembleia, como também no executivo camarário.

Gostaria também de dizer que a nostalgia que aqui se viveu, que se está a viver, é uma nostalgia não só dos que partem, mas também daqueles que eventualmente poderão ficar e que vêem os outros partir. Porque não há dois mandatos de Assembleia iguais; as Assembleias são feitas pelas pessoas e eu que já cá estou a alguns anos, tenho sentido isto. As Assembleias são feitas por nós, nós que estamos aqui, nós que vivemos as coisas de maneira diferentes, também vamos crescendo, vamos ficando mais maduros, de maneira que as

Assembleias são sempre diferentes. E é isso que também nos leva à nostalgia, sabendo que esta Assembleia (tal como nós aqui a vivemos), não se vai repetir mais.

A Assembleia seguinte vai ter coisas melhores, de certeza também que vai ter coisas piores, apesar de todos nós querermos que a próxima Assembleia só tenha coisas muito melhores do que esta como é natural; é para isso que estamos aqui, para que as coisas possam melhorar.

Mas nesta minha intervenção no período Antes da Ordem do Dia, eu gostaria de focar um outro assunto, e que tem a ver com um convite, que eu fico sem saber se foi um convite, se foi uma convocatória que foi enviada às diferentes associações desportivas e não sei se outras, eu pelo menos recebi essa convocatória enquanto dirigente de uma associação desportiva, para participar num evento, numa prova de natação, de carácter popular e que os interessados poderão inscrever-se na divisão de desporto da câmara municipal.

É complicado, as associações desportivas receberem um convite destes! Isto é um convite envenenado, e aqui envenenado nos dois sentidos. Envenenado porque nunca se sabe se aqueles que participam, o que é que lhes vai acontecer em termos de saúde pública, mas também envenenado porque se sabe que as associações que não participem, apesar de não se dizer mais nada, há sempre aquela obrigação de participar nas actividades da câmara municipal, que subsidiam as diferentes entidades. E por isso, fica-se sempre na dúvida: - é pá, é melhor mandar sempre alguém. E por isso eu não gostei, de nesta altura ter recebido uma convocatória, quando há por outro lado o delegado de saúde a dizer: - “cuidado que a nossa água da ria, não está em condições”. E por isso penso que as diferentes associações, poderão sentir-se coagidas, mesmo que possamos negar, há uma coação aqui implícita, para que as nossas associações participem, pelo menos com alguém, para não deixar ficar mal o nosso presidente da câmara. Se a ideia era chamar à atenção de que a água da ria está mais despoluída, era escusado fazer esta iniciativa. Quer que nós digamos que a água da ria está melhor do que estava há uns tempos atrás? Eu reconheço isso, todos nós que estamos aqui reconhecemos. Todos nós estamos de acordo que a água da ria neste momento está melhor e está melhor devido a quê?

Está melhor devido à parceria entre a SIMRIA e os Serviços Municipalizados de Aveiro, que construíram uma estação de tratamento em que desviaram uma série de esgotos que vazavam directamente para a ria e que agora são canalizados para uma estação de tratamento. Que bom! Que bom que a SIMRIA e os serviços municipalizados para Aveiro entraram numa parceria; afinal a Câmara de Aveiro sempre tem parcerias e sempre usa os serviços da SIMRIA. É que Às vezes foi aqui dito que não, que isso não acontecia. De maneira nenhuma! Aliás a SIMRIA anda para aí a trabalhar sem a Câmara Municipal de Aveiro ter nada a ver com isso. Afinal há usufruto desta Câmara Municipal de Aveiro, por um serviço da SIMRIA.

O que eu acho espantoso, é este Presidente da Câmara (não sei se presidente da câmara se candidato a novo mandato) faz, em se vangloriar de uma obra que muito bem que foi feita, com um serviço que se nega a pagar aquilo que devia ter pago por ele. Há aqui um conjunto de contradições, que quanto a mim não fazem sentido nenhum, são show-off; e são um show-off que eu acho que os aveirenses não precisavam, não estão habituados se calhar já a isso. E por isso eu acho que era prescindível, que fosse desta maneira com convocatórias às associações, com mergulhos na ria (mergulhos para os outros porque “nós” não estamos em forma); não é isto que eu acho que dignifica o nosso município. Antes pelo contrário, são este género de iniciativas que nós falámos de alguns autarcas, agora felizmente prescritos, mas se calhar se vão candidatar, ganharam eleições e eu não sei se voluntariamente ou involuntariamente ou se calhar pelo peso já de algum autoritarismo dos mandatos que já se vêm seguindo, que se está a fazer coisas que eu acho que o município de Aveiro não merecia.”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Como não sei qual vai ser o seguimento da reunião da Assembleia, penso que este é o momento que este é o momento adequado para uma despedida.

Uma despedida que é estritamente pessoal, porque a força política que represento não irá certamente despedir-se da Assembleia e aqui continuará a estar, provavelmente, até reforçada.

Trata-se de uma despedida formal, porque é uma despedida do órgão enquanto membro, mas queria deixar muito claro que não é uma despedida nem do órgão, nem da sala. Porque, quer seja como espero, naquela bancada ali à frente como vereador, quer seja ali atrás na bancada do público como mero cidadão interventivo, espero continuar a estar presente nas reuniões da Assembleia Municipal e na intervenção cívica; assim tenha saúde e continue em condições de o fazer.

É uma despedida mas não é um adeus, nem sequer um até breve.

A minha vontade, todos sabem qual é, vamos ver qual é a vontade dos aveirenses.

Senhor Presidente, senhores deputados, um cidadão que não conheço, alertou-me para a realização de duas hastas públicas, - uma a seguir à outra, há dias atrás, nas quais a câmara municipal pretendia alienar, primeiro os terrenos do PP do Parque, portanto do ex-Mário Duarte e a seguir um bloco de dez lotes do PP do Centro. Duas hastas públicas em que a câmara municipal pretendia arrecadar, perto de trinta milhões de euros.

Alertaram-me, fui ver os editais; é verdade que os editais estavam nos locais de estilo, não há qualquer dúvida a este respeito, mas é muito estranho e não estou a levantar fantasmas, é mesmo muito estranho, que uma operação desta dimensão, tenha ocorrido apenas com editais de estilo. Nem uma nota de imprensa da câmara, - que faz notas por tudo e mais alguma coisa, e a propósito da tentativa de realizar trinta milhões de euros, não se alertaram os investidores, não houve uma noticia no jornal de negócios, não houve nada que nos dissesse: - esta é uma aposta municipal. Vamos lá, quem é que está disposto a agarrar nos terrenos do Mário Duarte, e em dez blocos em conjunto do Plano de Pormenor do Centro. É disto que se trata.

Era de tal forma “secreta”, porque os editais estavam nos locais de estilo, que nem o vereador do PSD que ia a entrar para uma reunião, sabia que ia haver uma hasta pública. É assim; não sei se era apenas distração!

Senhor Presidente, senhores deputados, eu estive presente na hasta pública, penso que era um assunto relevante que justificava a presença; curiosamente e ao contrário do que era habitual, não estava ninguém da câmara, - apenas funcionários, e a praça ficou vazia. Portanto, não houve, nem licitantes para a primeira nem para a segunda.

Já falei sobre isto, não vou estar aqui a repetir questões que já saíram, inclusivamente na comunicação social, mas queria deixar aqui de forma breve dois apontamentos.

Parece-me evidente, e havia investidores da região presentes na hasta pública, e que questionaram a Mesa acerca disso, acerca da realização da operação em bloco. Portanto, porquê em bloco, dez lotes no Plano de Pormenor do Centro. Eu admito, e já o disse também, admito também em relação ao Plano de Pormenor Mário Duarte ou aos terrenos do Mário Duarte, dado que se trata de uma zona em que é preciso fazer infra-estruturas, e que as infra-estruturas nos termos do concurso, ficam a cargo de quem adquirir os terrenos, eu admito que aí, para haver mais valias, - havendo interessados, e para haver mais valias, possa fazer a negociação em conjunto. Mas no Plano de Pormenor do Centro? Dez lotes que nem sequer são contíguos entre si? Que já estão infra-estruturados; porquê? Porquê senhor presidente? E havia investidores da região que estariam interessados em lotes isolados!? Porque a negociação em conjunto?

A proposta que deixo é que a câmara reveja a situação, que faça nova hasta pública, mas dos terrenos em separado.

O segundo apontamento, é que me foi atribuída a afirmação, que “a venda dos terrenos não resolve os problemas financeiros da câmara”. Eu não nego a informação, mas ela não é rigorosa se não for complementada com aquilo que pensamos, e se não dissermos algo mais.

É evidente, e seria estranho que assim não fosse, que a injeção em dois anos de trinta milhões de euros de alienação de terrenos, nas contas do município, permitem resolver muitos problemas financeiros. É evidente que tem peso nas finanças do município a injeção de trinta milhões de euros, mas não resolverá se ao mesmo tempo não forem tomadas medidas estruturais no sentido de diminuir o défice crónico, o gastar mais do que as receitas, que se tem vindo a agravar nestes últimos anos.

É evidente que pode resolver, se ao mesmo tempo forem tomadas outras medidas, que apontem um caminho diferente que tem vindo a ser seguido.

A terceira questão e última que queria colocar neste ponto da ordem de trabalhos, é o seguinte: - o senhor deputado municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha, Senhor Armando Vieira, várias vezes tem repetido nesta Assembleia e hoje também, a palavra “Democracia”.

Senhor Presidente e senhores deputados, não basta encher a boca com a palavra democracia, é preciso quando a democracia nos interpela batendo à nossa porta, nós saibamos estar ao nível que a democracia nos exige. E quando a democracia nos bate à porta e nós a repudiamos e a afugentamos, certamente que não estamos a ser democratas.

Bem isto a propósito da realização anteontem, das reuniões nas juntas de freguesia para a composição das mesas de voto, aos próximos actos eleitorais.

Em Oliveirinha, o representante da CDU participou na reunião e cometeu o aparente pecado de querer mexer com a ordem que ali está estabelecida há muitos anos, e que pela primeira vez em muitos anos tenha tido a aleivosia de tentar indicar, pasme-se, três nomes para integrar as mesas de voto, num total de vinte e cinco membros das mesas de voto em Oliveirinha.

O representante da coligação, “Juntos por Aveiro”, não aceitou, com argumentos do género: - “o que é que nós vamos dizer às pessoas que fazem parte das mesas!?”, ignorando que o processo de composição das mesas é algo que se inicia em cada processo eleitoral, que a composição das mesas parte do zero e que na composição das mesas, todas as forças políticas estão em igualdade de circunstâncias. Todas as listas..., e se o Senhor Presidente da Associação Nacional de Freguesias, tenha paciência!

Ora, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha, que não é parte interessada no processo da composição das mesas, que não tem nada que participar nas reuniões dos representantes das forças políticas, veio à reunião e entrevistou no sentido de contribuir para o seu insucesso. Se o Senhor Presidente de Oliveirinha considera inadmissível que haja três representantes da CDU em vinte e cinco membros das mesas de voto, ainda tem que aprender o que é a democracia.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

D

“Eu queria cumprimentar os senhores deputados e deputadas que fazem a sua última intervenção nesta Assembleia, e dizer-lhes que sem excepção apreciei muito as suas intervenções e os contributos muito úteis que fizeram para a acção fiscalizadora e construtiva desta Assembleia. Não tivemos sempre momentos muito bons, tivemos uns excelentes outros menos bons, mas todos eles – e alguns com especiais responsabilidades, e há mais tempo do que outros, desempenharam um papel muito importante na consolidação, na afirmação e na elevação da nossa democracia local. E portanto, eu em nome da câmara e em meu nome

peçoal, queria agradecer a cada um deles, o inestimável contributo que deram para a nossa democracia e para a afirmação de Aveiro como terra de liberdade e de confronto de opiniões, que é um valor que todos muito prezamos. Acho que esta Assembleia e Aveiro está muito reconhecida a todos aqueles que agora nos deixam e tenho a certeza que nunca nos vão deixar, o bichinho destas coisas, de gostarmos do que acontece pela terra e de nos interessarmos pela terra, não se perde mais; sei que é assim, mas muito obrigado a todos por aquilo que fizeram nesta Assembleia.

Sobre a intervenção do António Granjeia, eu compreendo que ele saia muito desapontado, por não lhe dar algumas respostas, mas algumas respostas eu não lhe posso dar. Fez a alusão a uns terrenos que a câmara teria negociado menos bem, e de uma forma tão vaga, que eu tenho de lhe perguntar o seguinte: - pode-me dizer quem é o advogado que patrocina os terrenos contra a câmara, que é para eu perceber se identifico melhor o processo em causa? É que ajudava a que todos percebêssemos a que terrenos é que aludiu. É que as alusões foram tão vagas que eu não consegui identificar quais são. Se o Dr. António Granjeia me disser quem é o advogado que patrocina o caso em causa contra a câmara talvez identifique os terrenos. Diz-me que é a acta número noventa e um de dois mil e dois, eu vou consultar.

A segunda questão, que me parece que também não é um bom momento, é quando o Dr. Jorge Nascimento, vem dizer que nós andamos a comprar terrenos nas Agrads de forma menos correcta. Eu não sei se tem alguma queixa de coação para as pessoas venderem os terrenos. Se tem, denuncie-a, e é aqui o local próprio e os tribunais. Se não tem, abstenha-se de comentários desse tipo, porque está a lançar um manto de falta de profissionalismo e de falta de correcção nos procedimentos negociais, que não têm a menor fundamentação. A câmara pode mostrar-se interessada na parcela necessária à implantação do arruamento em causa, mas se o proprietário quiser vender o terreno todo, como tantas vezes acontece com a câmara, com a REFER, com o Instituto de Estradas, - pode haver oportunidade para se comprar o terreno todo, sem que isso corresponda a nada de menos condenável. Portanto, por favor, ou tem alguma coisa de realmente censurável, diga, não deixe no ar. Se alguém foi coagido a vender o que quer que seja, sem eu saber, eu saberei retirar as ilações necessárias. Porque se não tem fundamentação, não tem; se tem deve apresentá-la que é para nós actuarmos em conformidade, porque nós não pactuamos com negociações, sob coação ou impondo coação a ninguém, e sobre isso não pode haver a menor dúvida. E portanto, agradeço-lhe que me faça chegar essa informação.

Mas no entanto, deixe-me dizer-lhe com toda a serenidade: - o Senhor em causa teve toda a informação. Toda! E o senhor doutor sabe muito bem, que muitas vezes os clientes também não contam a verdade toda aos advogados. E o que eu estou a dizer é que esse senhor teve a informação toda.

E portanto, sem ter provas daquilo que diz e daquilo que insinua, deve ter muito mais prudência quando faz insinuações dessas no plenário.

Resumindo, o senhor ainda não vendeu, ninguém coagiu o senhor, facultamos-lhe toda a informação e tem ali um excelente advogado para o defender até ao limite dos seus interesses.

Depois sobre a hasta pública. Eu digo aquilo que já disse. Não vi nada de anormal, foi uma opção que talvez tenha estado errada, como se veio a revelar, o mercado não reagiu como nós esperamos que reagisse. O Deputado António Salavessa confirmou que foram cumpridos todos os trâmites legais. Não estava nenhum elemento da câmara porque justamente tínhamos reunião de câmara na sala ao lado, mas se fosse necessário estávamos ali. Mas infelizmente as coisas não correram como nós o desejávamos. Estamos, ainda não houve ocasião de o fazer, mas estamos naturalmente a rever a operação, não sei se passará pelo mesmo, se passará pela venda em lotes, se passará a venda em separado, dos dois blocos.

A boa noticia, para quem queria fazer disto uma má noticia e um drama, a boa noticia é que os terrenos estão lá; são activos que permanecem lá. E para quem está tão preocupado com a situação financeira da câmara, podem ficar com mais essa tranquilidade. Perto de quarenta milhões de euros..., Prof. Manuel Coimbra, eu peço-lhe que imagine, se vendermos metade ficamos com a situação financeira da câmara super-havitária; não sei o que é que a oposição vai dizer depois. Portanto, vejam lá, não tenham muita pressa em que nós vendamos aqueles terrenos, porque como nós estamos com um passivo de curto prazo, que vai chegar aos doze milhões, como estão ali quarenta, se nós vendermos metade, não sei o que é que vão dizer; vão-nos incentivar depois a contrair mais dívidas, porque acabaram-se as dívidas de curto prazo na câmara de Aveiro.

Portanto, a hasta pública não correu bem, mas não é dramático, e a boa noticia é também essa. A situação financeira da câmara está a melhorar, vai continuar a melhorar, e se correr bem parte da hasta pública, provavelmente chegamos a uma situação de consolidação depois de todo o mau tempo que tivemos, que nos deve agradar a todos.

Bem depois outro momento mau desta Assembleia foi aquilo que podia ter sido um momento bom, que era todos nós nos congratularmos com a realização da 1.ª Meia Milha dos Canais Urbanos, e assistirmos, - Prof. Manuel Coimbra, já está há tantos anos nesta Assembleia, e comete sempre os mesmos erros, e é uma pena, porque é o seu estilo. Eu nem queria dizer insinuar, porque afirmou, não insinuou; mas afirmar que a câmara de Aveiro, lhe passou pela cabeça, a forma como convidou as associações, quis com isso coagir as associações a participar num aprova, como medo de represálias, que pudessem acontecer se elas não viessem a participar? Ó Prof. Manuel Coimbra, é um raciocínio que coube na sua cabeça (porque o disse), mas nunca passaria pela cabeça de nenhum dos vereadores desta câmara. Nunca! Somos muito diferentes. Nunca tal me passaria pela cabeça; como é que é possível que alguém tenha tido este raciocínio. De facto, mal de nós se um dia o Senhor Vereador Manuel Coimbra chegasse a integrar o executivo municipal; que manobras deste tipo e represálias como aquelas que acabou de referir, já sabemos que passavam pela sua mente.

Depois cometeu outro erro, anda há tantos anos nisto, já tantas vezes falámos no processo da SIMRIA, e o Senhor Deputado Manuel Coimbra ainda não percebeu, que a conduta e o colector de Sá-Barrocas, não tem nada a ver com o sistema da SIMRIA, do sistema em alta, tem a ver ainda com a conclusão da rede de saneamento em baixa.

E eu julgo que vamos todos ter uma agradável surpresa também, porque tendo acabado a obstinação e a vontade de criar dificuldades à Câmara de Aveiro, tendo acabado isso, nós vamos ter provavelmente nos próximos dias, a agradável surpresa de podermos efectuar a ligação à SIMRIA, ao sistema em alta, e com isso acabarmos com um diferendo, que é um diferendo absurdo, e que não tinha nenhuma motivação do ponto de vista da sustentabilidade financeira.

Mas depois o Prof. Manuel Coimbra comete um terceiro erro, porque, se vem para esta Assembleia verberar e brincar com a prova náutica nos canais urbanos, devia estar atento, devia ter percebido que hoje mesmo, o senhor delegado de saúde veio confirmar após as análises que ele próprio promoveu, que não há objecções a que a prova náutica se realize. E esta é uma grande notícia para Aveiro. Nós tínhamos os nossos resultados, que os serviços municipalizados tinham obtido através de um laboratório certificado para o efeito, já o indicavam.

Responsavelmente, eu tinha afirmado, não iremos fazer a prova se o Senhor Delegado de Saúde proibir. E o Senhor Delegado de Saúde, perante os resultados que obteve, veio confirmar publicamente, que não coloca objecções à realização da prova, que realmente a qualidade da água melhor para muito, não apenas para os níveis máximos admitidos, mas também para os níveis recomendados. E isto é uma mais valia ambiental, um cartão de visita e uma imagem do esforço e da preocupação que em termos ambientais nós temos tido.

Eu devo dizer que esperava que a oposição aplaudisse esta iniciativa, porque uma coisa é o folclore do presidente da câmara ir mergulhar, outra coisa é a festa. É evidente que a ideia não é que os canais se transformem em piscinas para todos os dias, mas se nós conseguirmos de vez em quando organizarmos aqui uma prova náutica, e inscrevê-la no calendário nacional das provas deste tipo, nós temos uma prova, - a única em termos nacionais, em ambiente urbano, com bancadas naturais para as pessoas poderem assistir, e vai ser uma festa. E deixo-o imaginar um bocadinho já que não consegue: - vai ser como a meia maratona de Lisboa, em que uns vão para ganhar e vão correr à frente, e vão em busca dos prémios e outros cá a trás, vão para brincar e para ter um grande momento de convivência cívica.

Por isso eu espero que não percamos de vista o mais importante, por não termos tido a capacidade de acreditar que isto era possível.

Foi possível, e é uma grande vitória ambiental que Aveiro tem sobre si própria, sobre os seus muito cépticos.

Portanto, convido todos, no Domingo, às onze horas; quem quiser ir tomar banho, felicito-o; eu como disse, não estou em forma, quem não quiser pode ir para as margens aplaudir os corajosos.”

Seguidamente o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Setembro, informando que a conclusão deste período regimental passará para a próxima reunião que será no dia 28 de Setembro (4.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 24 de Setembro de 2005.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)